

Medida Provisória nº 1764-31, de 1998

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

SUBMETE A APRECIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL, O TEXTO DA MEDIDA PROVISORIA 1764-31 1998, ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS 9138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995, 8427, DE 27 DE MAIO DE 1992, E 9126, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE O CREDITO RURAL; SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONOMICA NAS OPERAÇÕES DE CREDITO RURAL; AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENEGOCIAR AS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRESTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - EGF, VENCIDAS E PRORROGADAS A PARTIR DE 1991; E A APLICAÇÃO DA TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO - TJLP SOBRE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS E COM RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CREDITO.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 14/01/1999 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Destino: Ao arquivo

Último estado: 14/01/1999 - SEM EFICÁCIA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1512/1 de 1996

Medida Provisória nº 1512/2 de 1996

Medida Provisória nº 1512/3 de 1996

Medida Provisória nº 1512/4 de 1996

Medida Provisória nº 1512/5 de 1996

Medida Provisória nº 1512/6 de 1997

Medida Provisória nº 1512/7 de 1997

Medida Provisória nº 1512/8 de 1997

Medida Provisória nº 1512/9 de 1997

Medida Provisória nº 1512/10 de 1997

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1512/11 de 1997

Medida Provisória nº 1512/12 de 1997

Medida Provisória nº 1512/13 de 1997

Medida Provisória nº 1512/14 de 1997

Medida Provisória nº 1512/15 de 1997

Medida Provisória nº 1512/16 de 1997

Medida Provisória nº 1512/17 de 1997

Medida Provisória nº 1512/19 de 1998

Medida Provisória nº 1512/20 de 1998

Medida Provisória nº 1512/21 de 1998

Medida Provisória nº 1512/22 de 1998

Medida Provisória nº 1512/23 de 1998

Medida Provisória nº 1512/24 de 1998

Medida Provisória nº 1692/26 de 1998

Medida Provisória nº 1692/27 de 1998

Medida Provisória nº 1692/28 de 1998

Medida Provisória nº 1692/29 de 1998

Medida Provisória nº 1692/30 de 1998

Medida Provisória nº 1764/33 de 1999

Medida Provisória nº 1764/34 de 1999

Medida Provisória nº 1764/35 de 1999

Medida Provisória nº 1764/36 de 1999

Medida Provisória nº 1764/37 de 1999

Medida Provisória nº 1886/39 de 1999

Medida Provisória nº 1886/40 de 1999

Medida Provisória nº 1886/41 de 1999

Medida Provisória nº 1764/32 de 1999

Despacho:

06/11/2008 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(CN-CMIST) COMISSÃO MISTA

TRAMITAÇÃO

14/01/1999 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: A PRESENTE MEDIDA PROVISORIA PERDEU A EFICACIA EM 14 01 99.

14/01/1999 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ação: A PRESENTE MEDIDA PROVISORIA FOI REEDITADA PELA MPV 1764-32, DE 13 01 99, PUBLICADA NO DOFC DE 14 01 99 (SEÇÃO I), SEM ALTERAÇÕES, CONFORME FOLHA 19, ANEXADA AO PROCESSADO.

13/01/1999 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 1430 LEITURA MSG 00897 1998.
DCN 14 01 PAG

05/01/1999 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL EM 29 12 98, SEM INSTALAÇÃO DA CMIST, A MATERIA E ENCAMINHADA A SSCLC.

05/01/1999 SF-SSCOM - SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Ação: RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 05 DE JANEIRO DE 1999.

04/01/1999 SF-SSATA - SUBSECRETARIA DE ATA

Ação: NESTA DATA FORAM ENCAMINHADAS A SEEP AS EMENDAS 001 A 003, PARA CONFECÇÃO DOS RESPECTIVOS AVULSOS E PUBLICADAS EM SUPLEMENTO, DSF 05 01 99.

21/12/1998 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: ENCERRAMENTO PRAZO DIA 20 12 98, TENDO SIDO APRESENTADAS 03 (TRES) EMENDAS: DEP CHICO VIGILANTE 001, 002, 003. (FLS. 14 A 18). ENCAMINHADO UMA VIA A SSATA PARA PUBLICAÇÃO EM AVULSOS. DSF 05 01 99 PAG 0113. (PUBLICADAS EM SUPLEMENTO A PRESENTE EDIÇÃO).

TRAMITAÇÃO

21/12/1998 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: DECORRIDO O PRAZO EM 20 12 98, SEM A APRESENTAÇÃO DO PARECER SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA MEDIDA.

15/12/1998 SF-MESA - MESA DIRETORA

Ação: DESPACHO A SUBSECRETARIA DE COMISSÕES.
DSF 16 12 PAG 18919.

15/12/1998 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: ESTABELECIMENTO DE CALENDARIO PARA TRAMITAÇÃO DA MATERIA: 15 12, DESIGNAÇÃO COMISSÃO MISTA; 15 12, INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA; 16 12, PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS E EMISSÃO DO PARECER SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA MEDIDA; 25 12, PRAZO FINAL NA COMISSÃO MISTA; 09 01 99, PRAZO FINAL NO CONGRESSO NACIONAL.

15/12/1998 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: DESIGNAÇÃO COMISSÃO MISTA TITULARES: SEN PFL - HUGO NAPOLEÃO E EDISON LOBÃO, PMDB - JADER BARBALHO E NABOR JUNIOR, PSDB - SERGIO MACHADO, BLOCO OPOSIÇÃO (PT PDT PSB PPS) - EDUARDO SUPPLY, PPB - LEOMAR QUINTANILHA E DEP PFL - INOCENCIO OLIVEIRA E JOSE CARLOS ALELUIA, PSDB - AECIO NEVES E ALOYSIO NUNES FERREIRA, BLOCO (PMDB PRONA) - GEDDEL VIEIRA LIMA, BLOCO (PT PDT PC DO B) - MARCELO DEDA, PPB - ODELMO LEÃO. SUPLENTES: SEN PFL - FRANCELINO PEREIRA E GILBERTO MIRANDA, PMDB - FERNANDO BEZERRA E CARLOS BEZERRA, PSDB - OSMAR DIAS, BLOCO OPOSIÇÃO (PT PDT PSB PPS) - SEBASTIÃO ROCHA, PPB - ESPERIDIÃO AMIN E DEP PFL - ABELARDO LUPION E ALVARO GAUDENCIO NETO, PSDB - ADROALDO STRECK E JOVAIR ARANTES, BLOCO (PMDB PRONA) - WAGNER ROSSI, BLOCO (PT PDT PC DO B) - FERNANDO FERRO, PPB - GERSON PERES.

15/12/1998 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA QUE FOI REEDITADA PELO PRESIDENTE DA REPUBLICA A MEDIDA PROVISORIA 1764-31 1998. (PUBLICAÇÃO NO DOFC 15 12 PAG 00027).

15/12/1998 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: ESTE PROCESSO CONTEM 02 (DUAS) FOLHAS NUMERADAS E RUBRICADAS.

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 1764-

Data: 14/12/1998

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: SUBMETE A APRECIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL, O TEXTO DA MEDIDA PROVISORIA 1764-31 1998, ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS 9138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995, 8427, DE 27 DE MAIO DE 1992, E 9126, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE O CREDITO RURAL; SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONOMICA NAS OPERAÇÕES DE CREDITO RURAL; AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENEGOCIAR AS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRESTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - EGF, VENCIDAS E PRORROGADAS A PARTIR DE 1991; E A APLICAÇÃO DA TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO - TJLP SOBRE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS E COM RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CREDITO.